



Índice Municipal do Planejamento

O índice do planejamento permite ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados.

Para isso, analisamos os percentuais gerados em relação à execução, comparando essa com o que foi estabelecido no planejamento da entidade. Por meio desse comparativo, é possível visualizar os reflexos na qualidade de vida dos munícipes (sejam diretos ou indiretos).

Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas. Nesta segunda versão do i-Planejamento acrescentamos quesitos destinados avaliar todas as etapas do planejamento, com a finalidade avaliar os processos ligados a esta dimensão do IEGM.

Metodologia Aplicada

Pesquisando outros índices desenvolvidos por renomados órgãos, sejam nacionais ou internacionais, observamos que o índice é um valor agregador de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas, a fim de proporcionar, de maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tópico analisado.

O índice é formado por indicadores, que são situações avaliadas de um determinado fato. Um exemplo é o índice de inflação, no qual a variação de cada um dos produtos que constam da cesta gera um indicador. Ao agregá-los (por soma, diferença ou outro método) apura-se o resultado do índice desejado.

No presente caso, em que desejamos apurar o índice do planejamento, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:



Sim ☐

Não ☐

Atenção: O arquivo a ser enviado deve ser no formato (xls, xlsx). Qualquer formato de arquivo ou planilha que não siga o modelo disponibilizado acima, não poderá ser processado e consequentemente terá a nota prejudicada neste quesito.

Formato: 9999.00

[illegible]

Formato: 9999.00

[illegible]

Formato: 9999,00

[illegible]

Formato: 9999.00

[illegible]

Sim ☐

Não ☐

Sim ☐

Não ☐

Sim ☐

Não ☐



A10. 10. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?

Sim ☐

Não ☐

A11. 11. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?

Sim ☐

Não ☐

A12. 11.1. Qual o artigo?

A13. 12. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?

Sim ☐

Não ☐

A14. 12.1. Qual o artigo?

A15. 13. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?

Sim ☐

Não ☐

A16. 14. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?

Sim ☐

Não ☐

A17. 15. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?

Sim ☐

Não ☐



A18. 16. Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?

Menos de 8 horas/ano ☐

Entre 8 a 40 horas/ano ☐

Mais de 40 horas/ano ☐

A19. 17. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?

Sim ☐

Não ☐

A20. 18. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?

Sim ☐

Não ☐

A21. 19. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?

Sim ☐

Não ☐

A22. 20. O sistema informatizado é multiusuário (Os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?

Sim ☐

Não ☐

A23. 21. Há levantamentos dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?

Sim ☐

Não ☐

A24. 22. Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento?

Obs.: É possível selecionar várias opções

Ensino ☐

Saúde ☐

Assistência Social ☐

Serviços Urbanos ☐

Segurança Pública ☐

Saneamento ☐



Defesa Civil

☐

Outros

☐

Outros

A25. 23. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?

Sim

☐

Não

☐

A26. 23.1. Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação:

A27. 24. Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?

Sim

☐

Não

☐

A28. 24.1. Qual(is)?

A29. 25. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)?

Obs.: É possível selecionar várias opções

Presenciais

☐

Pela Internet

☐

Não realiza audiências públicas

☐



Outros



Outros

A30. 26. As coletas de sugestões pela Internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?

Até um mês

☐

Entre um mês a dois

☐

Mais de dois meses

☐

Não há coleta de sugestões pela internet

☐

A31. 27. Na coleta de sugestões, pela Internet, há glossário explicando os objetivos, bem como o modo de colaborar, em linguagem clara e simples?

SIM

☐

NÃO

☐

Não há coleta de sugestões pela internet

☐

A32. 28. Há uma margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular?

Sim

☐

Não

☐

A33. 29. Qual a forma de divulgação das audiências públicas?

Obs.: É possível selecionar várias opções

Diário Oficial

☐

Jornais

☐

Panfletos

☐

Carro de Som

☐

Website da Prefeitura

☐

Mural

☐

Faixas

☐



Outros



Outros

A34. 30. Quantas audiências públicas são comumente realizadas?

1 (uma) ☐

Entre 2 a 5 ☐

Mais de 5 ☐

A35. 31. Qual o dia e horário de realização das audiências públicas?

Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas) ☐

Dia de semana após as 18 horas ☐

Aos sábados, domingos e feriados ☐

A36. 32. As audiências públicas são transcritas em atas?

Sim ☐

Não ☐

A37. 33. As atas de audiências públicas são divulgadas na Internet?

Sim ☐

Não ☐

A38. 34. As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?

Sim ☐

Não ☐

A39. 35. As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?

Sim ☐

Não ☐

A40. 36. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento de despesa?

Sim ☐

Não ☐



A41. 37. Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?

- Até 10% ☐
- Entre 10 a 20% ☐
- Mais de 20% ☐
- Não há previsão ☐

A42. 37.1. Qual o artigo?

A43. 38. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?

- Sim ☐
- Não ☐

A44. 38.1. Qual o artigo?

A45. 39. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?

- Sim ☐
- Não ☐

A46. 39.1. Qual o artigo?

A47. 40. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?

- Sim ☐
- Não ☐

A48. 40.1. Qual o artigo?



A49. 41. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?

Sim ☐

Não ☐

A50. 42. Há acompanhamento da execução do planejamento?

Sim ☐

Não ☐

A51. 43. Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?

Gabinete do Prefeito ☐

Setor de planejamento ☐

Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento ☐

A52. 44. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?

Sim ☐

Não ☐

A53. 45. Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?

Obs.: É possível selecionar várias opções

Dotações previstas e executadas ☐

Programas previstos e executados ☐

Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados ☐

Outros ☐

Outros

A54. 46. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?

Sim ☐

Não ☐

A55. 47. Onde ocorre a divulgação dessas peças?

Obs.: É possível selecionar várias opções

Portal de Transparência ☐



Site da Prefeitura ☐

Mural ☐

Outros ☐

Outros

A56. 48. As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) são entregues no prazo?

Sim ☐

Não ☐

A57. 49. Antes de efetivar uma contratação, o município consulta o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos dispostos nos artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção)?

Sim ☐

Não ☐

A58. 50. O Município informa e mantém atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos dispostos nos artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção)?

Sim ☐

Não ☐